

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ

PREGÃO ELETRÔNICO N° 90.035/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 310/2024

BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 96.216.429/0001-90, com sede na Rua Cuba 8-50, Vila Santa Inês, Bauru/SP, CEP 17.054-280, vem, tempestiva e respeitosamente a ilustre presença, apresentar **CONTRARRAZÕES** ao recurso administrativo apresentado pela licitante **KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA**, nos seguintes termos:

DOS FATOS

A empresa recorrida foi a vencedora do certame com proposta final de R\$13.187.935,00, inconformada a empresa **KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA** apresentou recurso administrativo com o objeto de buscar a inabilitação da empresa vencedora.

DAS INFUNDADAS RAZÕES RECURSAIS

O recurso apresentado pela empresa recorrente tem como suporte os seguintes argumentos:

- a) qualificação técnica incompatível com o exigido no Edital;
- b) ilegalidade de apresentação de declaração após pedido de complementação; e
- c) ilegalidade do Edital em permitir para empresas de outro município a apresentação de licenças no início da execução do contrato.

Da simples análise não devem prosperar, vejamos:

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Não prospera o argumento de atestado de qualificação técnica incompatível.

Os atestados de capacidade técnica apresentados atendem integralmente o exigido no Edital, foram submetidos ao julgamento do pregoeiro, possibilidade de diligências complementares, culminando ao final com a HABILITAÇÃO DA EMPRESA RECORRIDA.

A nova lei de licitação, Lei Federal nº 14.133/2021, traz em seu artigo 11 quais são os objetivos do processo licitatório, vejamos:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

- I - assegurar a **seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
- III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
- IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

É patente que o objetivo principal, apresentado no inciso I, é a CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA e assim foi feito.

Assim, para assegurar a “preservação da justa competição”, cabe-lhe, promover a efetividade da seleção da proposta mais vantajosa, superando-se vício de julgamento sanável, sob pena de macular o procedimento com formalismo exacerbado.

Não se pode inabilitar a empresa licitante que apresentou a melhor proposta por excesso de formalismo ou por um jogo de destreza em encontrar por meio de interpretações duvidosas eventuais motivos para inabilitação.

Deve haver, portanto, razoabilidade em eventual correção de julgamento tanto na fase de classificação de propostas quanto na fase de habilitação para se assegurar os objetivos da licitação.

A formalidade do processo licitatório jamais pode ser a formalidade sem substancialidade, mecanizada, sem finalidade e propósito, para prestigiar o mero formalismo, como se o

procedimento licitatório tivesse uma fórmula sagrada e inquebrantável. O procedimento deve assegurar a justa competição tanto do ponto de vista formal quanto material.

Não há se falar em violação à justa competição quando necessário reconhecer um equívoco de julgamento, devidamente motivado, por falha ainda que tenha concorrido o próprio licitante, mas perfeitamente sanável, ao considerar a possibilidade de juntada de documentação complementar.

Antes do interesse dos licitantes, há o interesse público e a vantajosidade da oferta, observada a igualdade de participação e a posição jurídica do licitante detentor da melhor oferta.

Não se deve jamais permitir um processo licitatório meramente formal, inclusive sob pena de responsabilidade do pregoeiro e do agente de contratação por um erro grosseiro por ocasião do seu poder judicante. Na dinamicidade de licitações eletrônicas, o procedimento deve ser ainda mais dialógico e assim promover o devido processo legal substancial.

Assim, por ser medida de bom senso ao fundamento do princípio do formalismo moderado, ainda mais para se reconhecer vício de julgamento passível de reavaliação, a realização de diligência deve ser promovida.

Importante frisar que a atuação do pregoeiro e agente de contratação não pode pautar-se em decisão contrária ao bom senso, sob pena de se configurar prejuízo aos objetivos da licitação e aos interesses e direitos dos próprios licitantes, em participar de um procedimento justo e transparente. Certo que o procedimento licitatório tem que ser funcional à medida que observa os princípios e objetivos licitatórios

É forçosa, ante todo o exposto, a rejeição do recurso de caráter meramente protelatório, que se demonstra mero artifício para frustrar o resultado legítimo do processo licitatório.

Diante de todo o exposto, o presente recurso deve ser julgado improcedente.

DA COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Não há qualquer vedação legal para a apresentação complementar de documentos.

O Edital em seu item 15.10 assim disciplina:

15.10 - **A apresentação de documentos complementares, substitutivos ou esclarecedores por meio de diligência será realizada no prazo de 02 (duas) horas, exclusivamente pelo sistema eletrônico**, e findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação restará preclusa, em caráter definitivo, a possibilidade de o licitante juntar novos documentos, o que implicará em sua inabilitação ou desclassificação do certame.

Ou seja, há previsão expressa quanto a possibilidade de complementação de documentos.

Ademais, o item 15.13 é expresso quanto a possibilidade de sanar erros ou falhar em sede de habilitação, vejamos:

15.13 - Na análise dos documentos de habilitação, **a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica**, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Reiteramos a lição do professor Dallari, de que **licitação não é um concurso de destreza, mas ideário para o alcance de interesse público**, justa competição no sentido material e a busca de proposta mais vantajosa.

Sobre o tema destaca-se a reflexão jurisprudencial do Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 1.211/2021, acerca de uma melhor prática:

“Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e

igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; **sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta**, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.”

Diante de todo o exposto, o presente recurso deve ser julgado improcedente.

DA PERMISSÃO DE ALVARÁ NO INÍCIO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Sem maiores delongas, tal descontentamento com a previsão do Edital não pode ser objeto de recurso administrativo e sim, deveria ter sido o edital IMPUGNADO.

A possibilidade de demonstrar eventual ilegalidade do item 19.1.4 está PRECLUSA.

Diante de todo o exposto, o presente recurso deve ser julgado improcedente.

DOS PEDIDOS FINAIS

Diante de todo o exposto requer:

Diante de todo o exposto requer:

a) Seja recebida e acolhida as contrarrazões apresentadas, julgando IMPROCEDENTE o recurso apresentado.

Nestes termos e pede e aguarda deferimento.

Bauru/SP, 08 de maio de 2024.



BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA

CNPJ nº 96.216.429/0001-90